

“Todas sambemos”: reflexões sobre o silenciamento em práticas de assédio sexual

Bruna Schneid da Silva¹

Resumo: Em meio ao ápice do movimento #MeToo, uma série de pixações nas paredes da Universidade de Coimbra chamou a atenção para os casos de assédio cometidos por Boaventura de Sousa Santos, resultando na publicação de “As paredes falaram quando ninguém mais poderia falar: notas autoetnográficas sobre o controle do poder sexual na academia de vanguarda” (2023). Texto que denunciou e segue levantando questionamentos sobre as estruturas de poder dentro das universidades. Meu objetivo aqui foi analisar o maquinário que sustenta o silenciamento de mulheres vítimas de violência sexual e de gênero no ambiente educacional. Para isso, apresento uma revisão literária dos casos denunciados pelas autoras, recorrendo ao conceito de injustiça hermenêutica para pensar o papel de agentes do conhecimento maliciosos na manutenção da subalternização das mulheres. Dessa forma, concluo que os encobrimentos institucionais de casos envolvendo professores-estrela são fundamentados pela alegação de desinformação ou ignorância por parte daqueles que são reconhecidos como autoridades acadêmicas. Além disso, defendo que a agência maliciosa dos professores-estrela, combinada com uma ignorância deliberada, causa prejuízos sistemáticos às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: assédio; silenciamento; epistemologias feministas.

¹ Doutoranda em Filosofia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. brunaschneid@gmail.com

Antes de começar a elaborar esse ensaio, meus pensamentos estavam sobrecarregados com a tentativa de compreender em que medida a produção desse texto poderia somar à discussão do assédio sexual². Não apenas para compreender a sua natureza, mas, sobretudo, para que as pessoas que sofreram com esse tipo de violência pudessem aliviar suas angústias. Ou então, que eu pudesse aliviar minhas próprias angústias.

A tarefa de pesquisar sobre assédio sexual é uma tarefa ingrata, o patriarcado opera muito bem o seu papel sanitário de esconder a história daquilo que considera sujo na sociedade. Dentro da teoria feminista a noção de patriarcado é controversa³, no entanto, adotarei, de modo resumido, a noção de patriarcado enquanto relações de poder nas quais “os interesses das mulheres são subordinados aos interesses dos homens” (Weedon, 1987, p.2).

Antes de entrarmos nos pormenores da temática gostaria de ressaltar um ponto: não é meu objetivo neste trabalho generalizar as diferentes formas nas quais o patriarcado opera na conservação da violência sexual e de gênero. Existem diversas formas de experienciar o assédio. O que parece consenso entre esses casos é o seu silenciamento. Esse trabalho também não é um ataque pessoal a uma instituição ou departamento, mas uma crítica às dinâmicas institucionais que perpetuam tais práticas. Nesse sentido, o objetivo do artigo é discutir as complexas estratégias de poder que sustentam o silenciamento de vítimas de assédio sexual.

² De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. “O assédio sexual é todo tipo de comportamento de caráter sexual, não solicitado pela vítima, mas imputado com o objetivo de lhe constranger ou lhe criar um ambiente hostil. A importunação sexual, por sua vez, caracteriza-se como todo ato libidinoso realizado na presença da vítima, sem o seu consentimento. A importunação se difere do assédio, porque neste não existe como no primeiro uma relação hierárquica ou de subordinação.” (2022, p. 182).

³ De acordo com Flavia Biroli “O uso do termo “patriarcado” é controverso dentro da própria teoria feminista. Para algumas autoras trata-se do conceito capaz de “capturar a profundidade, penetração ampla (pervasiveness) e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres. [...] Para outras percepções dentro do feminismo, porém, o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina.” (Biroli, 2014, p. 14).

Não por acaso, nos últimos dois anos os números de registros de casos de assédio e importunação sexual cresceram em 6,6% e 17,8%, respectivamente no Brasil (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 182). O aumento de movimentos internacionais como o #MeToo⁴, vem derrubando as barreiras de silenciamento impostas pela estrutura de conhecimento patriarcal. Assim, em meio ao movimento #MeToo uma onda de denúncias alertou para o que não se podia falar. Foi a partir de uma pixação escrita “Todas Sabemos”, nas paredes da Universidade de Coimbra, que os casos de assédio cometidos por Boaventura de Sousa Santos começaram a vir a público.

É a partir da reflexão acerca do silenciamento institucionalizado que proponho uma análise linguística e epistêmica do relato autoetnográfico das autoras Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom em “As paredes falaram quando ninguém mais poderia falar: notas autoetnográficas sobre o controle do poder sexual na academia de vanguarda” (2023)⁵, texto que rompeu o silenciamento dos assédios cometidos por Boaventura de Sousa Santos.

Assim, a partir do conceito de *injustiça hermenêutica* de Miranda Fricker, buscarei tensionar a noção de desinformação que permeia os debates sobre violência sexual e de gênero. Com o intuito de defender que a marginalização epistêmica de vítimas de assédio está alicerçada em uma *ignorância deliberada*.

“Falando em vozes”: sobre a produção do silenciamento

Pensar no silenciamento de mulheres abarca uma série de aparentes contradições analíticas que se dissolvem quando levado em consideração o tempo e espaço em que esses fenômenos acontecem. Podemos por um lado, entender que a produção do

⁴ O movimento #MeToo surgiu como uma hashtag na internet, com nomes alternativos em diferentes regiões o movimento começou a se espalhar viralmente em 2017. O #MeToo tem como propósito denunciar casos de violência sexual.

⁵ No original: “The walls spoke when no one else would Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia”

silenciamento dá-se devido ao “bom comportamento” esperado das mulheres, sobretudo com relação às mulheres brancas. No que concerne ao silenciamento das mulheres negras, como ressalta hooks (2019), há a proibição assumida de determinados assuntos. As mulheres negras norte-americanas não são conhecidas por serem silenciosas, nesse sentido, a luta das mulheres negras é por serem ouvidas e terem seu discurso considerado como relevante.

Antes mesmo de iniciar essa conversa, talvez seja preciso discutir o que entendo por “gênero” e “sexualidade”. Embora tais conceitos estejam presentes todos os dias em nossas vidas e se manifestem constantemente como determinantes de nossas subjetividades, “gênero” e “sexualidade”, ainda são conceitos em disputa. Segundo Favero, entenderei essas categorias como modos de subjetivação, aquilo que nos torna quem somos. Mas o que de fato nos interessa aqui é que independentemente da definição adotada, essas categorias “produzem efeitos visíveis e bastante dramáticos em determinadas experiências” (Favero, 2022, p. 38).

Ainda de acordo com Favero: “O que teóricos pós-estruturalistas irão dizer é que a linguagem, o discurso, a palavra, o texto, junto com tudo aquilo que envolve a transmissão da cultura, não são somente um código, mas um modo de existir” (2022, p. 39). Nesse sentido, quando negamos a uma categoria inteira a capacidade de comunicar uma violência, estamos negando consequentemente a possibilidade de existência.

Dentro das diversas formas nas quais a violência se expande⁶, a que interessa aos nossos propósitos é o sufocamento assegurado pela rejeição da linguagem, e por consequência, da fala. É na produção ativa do silenciamento de mulheres que a violência sexual e de gênero encontra espaço para se propagar. Na vida acadêmica, as

⁶ Não pretendo suavizar a importância do reconhecimento dos diversos atravessamentos que objetificam cada pessoa. Irei apenas generalizar, sem ignorar suas existências, pois não serão o foco da nossa discussão. Mas gostaria ainda de ressaltar que ao considerar casos isolados as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade sempre devem ser consideradas enquanto categorias que se cruzam e entrelaçam nas subjetividades de cada ser.

relações de poder e o encobrimento institucional levam ao atraso ou até mesmo ao abandono de suas carreiras acadêmicas.

Em 2007, Miranda Fricker levantou um problema bastante novo para a epistemologia, porém um problema já conhecido por aquelas pessoas que sofrem preconceitos sejam eles: raciais, sexuais, de gênero ou de classe. O problema identificado por Fricker foi que pessoas em situações sociais marginalizadas estavam tendo seu testemunho descredibilizado por questões que a autora denominou de *injustiças epistêmicas*.

As injustiças epistêmicas são subdivididas em duas formas: (a) injustiça testemunhal: uma má distribuição de credibilidade em relações de testemunho e (b) injustiça hermenêutica: uma lacuna nos recursos sociais para compreender um fenômeno. O conceito é sintetizado por Fricker nos seguintes termos: “qualquer injustiça epistêmica prejudica alguém na sua capacidade como sujeito do conhecimento e, portanto, em uma capacidade essencial ao valor humano” (2023, p.22).

Não é raro encontrar em textos sobre o assédio sexual a falta de entendimento como um grande “elefante na sala”⁷. Tanto na afirmação de que alguém possa sofrer tal violência sem se dar conta de que sofreu, quanto na afirmação de que alguém possa cometer tal violência sem ter se dado conta de que cometeu. Seria generalizante dizer que todos conhecem as vítimas, e que de certa forma, todos também conhecem os agressores. Mas poderíamos trabalhar com a ideia de que muitas pessoas sabem, sem muitos problemas.

A teoria epistemológica de Fricker, na qual a noção de injustiça hermenêutica se encontra, endossa que o poder social produz um impacto injusto nos entendimentos socialmente compartilhados, tais entendimentos são um reflexo da perspectiva dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, poderíamos dizer que, na medida em que uma

⁷ É comum contar a metáfora do “Elefante na sala” em um tom de ironia. A expressão “elefante na sala” é usada para se referir a problemas que são flagrantes, mas que não queremos discutir, sobretudo é utilizada para se referir a estratégias políticas de camuflar discussões que causam grande comoção pública.

experiência ocorre, as pessoas que possuem mais poder tendem a ter o entendimento necessário da própria experiência, enquanto os grupos sociais marginalizados analisariam suas experiências através de lentes escuras.

Para Fricker:

se olharmos para a história do movimento das mulheres, veremos que o método de conscientização por intermédio de “rodas de conversa” e o compartilhamento de experiências pouco articuladas e pouco compreendidas foram uma resposta direta ao fato de que grande parte da experiência das mulheres era obscura, até indizível, para o indivíduo isolado, enquanto o processo de compartilhar esses entendimentos semiformados despertou recursos até então inativos para um significado social que trazia maior clareza, confiança cognitiva e maior facilidade de comunicação (2023, p. 196, grifos no original).

Em estruturas de conhecimento universalizantes, as culturas ensinadas são determinadas pelos propósitos da cultura dominante. Não seria um equívoco afirmar que a episteme dominante é uma episteme masculina e branca em nossa cultura. De acordo com Fricker (2023), é assim que as mulheres são restringidas de compreenderem suas próprias experiências.

Fricker propõe que há uma forma de virtude epistemológica capaz de agir como uma correção dos preconceitos estruturais que sustentam a vulnerabilização dos grupos oprimidos. O diagnóstico feito pela autora é que há uma má distribuição de credibilidade entre os agentes epistêmicos, é bastante preciso. No entanto, o que a autora ignora é que há pessoas que perpetuam deliberadamente as injustiças hermenêuticas.

No que se refere a virtude de uma justiça hermenêutica a autora pressupõe: “um estado de alerta ou sensibilidade à possibilidade de que a dificuldade que a interlocutora está enfrentando ao tentar tornar algo comunicativamente inteligível [...] deve-se a algum tipo de lacuna hermenêutica nos recursos coletivos” (Fricker, 2023, p. 222). Nesse sentido, um ouvinte virtuoso é aquele capaz de refletir sobre o contexto em que o

falante está inserido. Quase que em uma remodelagem do véu da ignorância⁸, Fricker propõe que o ouvinte imagine um clima hermenêutico inclusivo no qual não haveria preconceitos estruturais. Suponho que não apenas para mim parece que ela pressupõe uma certa inocência epistêmica que na grande maioria das vezes não é o caso quando o assunto é a violência sexual e de gênero.

As estruturas de silenciamento tem feito parte da história das mulheres em diferentes contextos. Grada Kilomba no início de seus seminários leva algumas perguntas aos estudantes, são elas: “O que foi a conferência de Berlim em 1884-85? Quais países americanos foram colonizados pela Alemanha? [...] Quem foi a Rainha Nzinga e que papel ela teve na luta contra a colonização europeia? Quem escreveu *Peles Negras, Máscaras Brancas*? De acordo com a autora, não surpreendentemente a maioria dos estudantes branques não sabem responder, enquanto estudantes negres costumam saber as respostas. Mas não precisamos ir tão longe (geograficamente), poderíamos apenas nos perguntar quantas mulheres e homens negros estudamos em nossos cursos, ou até mesmo quantos autores do eixo sul global estão nas grades curriculares obrigatórias?

O que Kilomba pretende demonstrar com esse exercício é que os conteúdos trabalhados dentro das redes de ensino básico e superior determinam o que é ou não considerado conhecimento. Nas palavras de Kilomba: “esse exercício nos permite visualizar como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder” (2019, p. 50).

O mito do conhecimento universal e neutro fundamenta a objetificação das mulheres, as colocando enquanto objetos a serem referenciados pelo sujeito do conhecimento, o homem cis e branco, e ainda, determinando quais conhecimentos são

⁸ De acordo com o verbete sobre John Rawls da Stanford Encyclopedia of Philosophy: “O véu da ignorância tem o objetivo de situar os representantes de cidadãos livres e iguais de forma justa uns em relação aos outros. Nenhuma parte pode pressionar por um acordo sobre princípios que favorecem arbitrariamente o cidadão específico que representa, porque nenhuma parte conhece os atributos específicos do cidadão que representa” (2012, Tradução minha).

passíveis de serem estudados, bem como, quais vozes são legitimadas a falar, criando um “clima epistêmico” bastante desfavorável para as mulheres. (Kilomba, 2020). Nas palavras de Grada Kilomba:

O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutoras/res. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar apenas quando sua voz é ouvida (2020, p. 42. *Apud*. Varela e Dhawan, 2003).

Entenderemos o silenciamento não pela impossibilidade da fala, muitas mulheres falaram e falam, mas a partir da rejeição sistemática de suas falas por um sistema patriarcal que opera no apagamento das mulheres na história do ocidente.

Falar da violência sexual e de gênero vai muito além de compreender os dados de assédios, estupros, feminicídios e das tantas outras formas que o poder patriarcal subalterniza as mulheres. A violência não começa nesses casos, os casos são o resultado de um conjunto de violências sem as quais ela não se explicaria. Como nos alerta Favero, “a palavra é vida” e eu ainda acrescentaria que, a vida é palavra. Nomear os modos como a violência necropolítica opera não é apenas quantificar as formas nas quais a violência contra a mulher se expressa. Mas, sobretudo, uma forma de investigar as estratégias patriarcais que acarretam no aumento da violência sexual e de gênero. Em função disso, pretendo trazer alguns números, mas não sem buscar entender as estruturas que os sustentam.

A história do assédio sexual sempre pertenceu ao âmbito privado, por este motivo, não temos uma história escrita ou contada a recorrer para entender esses casos. No entanto, a dualidade público/privado pode nos apontar para um caminho de compreensão dos papéis exercidos pelas mulheres na história ocidental. Para Flávia Biroli (2014) essa dualidade corresponde a uma perspectiva bastante restrita da política. Na medida em que endossa a universalidade quando se refere ao público, relega as subjetividades ao âmbito privado. De acordo com a autora, “é uma forma de isolar a

política das relações de poder na vida cotidiana, negando e desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (Biroli, 2014, p. 22).

O ideário universal considera público aquilo que se aplica a todos (no masculino mesmo). Assim, aquelas pessoas que entram em conflito com o ideário universal, que por sua vez se supõe homogêneo, acabam por ser silenciadas. Esse silenciamento é baseado na pressuposição de que a razão e a impessoalidade pertencem à esfera pública enquanto aquilo que é íntimo e pessoal ao âmbito privado, conceitos fortemente defendidos pelo pensamento moderno/iluminista⁹.

Muito da nossa forma de compreender a vida em sociedade hoje é herança do pensamento moderno, sobretudo no que tange preceitos liberais de progresso social e liberdade individual. Não é muito difícil imaginarmos o porquê de um dos dados mais preocupantes com relação a violência contra a mulher ser o de violência doméstica e familiar, ou seja, a que ocorre no âmbito da vida privada. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), “As residências continuam sendo, desde sempre, o local em que as mulheres são mais vítimas de feminicídio. 65,6% do total de crimes cometidos foi realizado na residência; no caso das demais mortes violentas, o principal local foi a via pública (37,0%)” (2022, p.175).

Ainda seguindo o ABSP, entre 2020 e 2021 os casos de violência doméstica e familiar cresceram em 12,8% no Brasil (2022, p. 158). O ABSP alerta que durante o período pandêmico de *lockdown* meninas e mulheres acabaram tendo que passar mais tempo dentro de casa com os seus agressores o que reflete no aumento significativo de casos.

Outro dado interessante para nossos propósitos é relativo ao estupro/estupro de vulnerável, ainda de acordo com o ABSP no Brasil “os números monitorados pelo FBSP [Fórum Brasileiro de Segurança Pública] indicam que a maioria das vítimas são vulneráveis, o que, segundo a legislação, inclui crianças menores de 14 anos e/ou pessoas adultas incapazes de consentir” (2022, p. 187). O ABSP alerta que o estupro de

⁹ Vide “Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento” de Immanuel Kant (1985).

vulnerável é “na maioria das vezes, um crime perpetrado por algum conhecido da vítima, parente, colega ou mesmo o parceiro íntimo” (2022, p. 188), soma-se ainda que oito em cada dez dos casos foram cometidos por conhecidos.

Quando consideramos raça os números não divergem muito entre os anos, mas a violência doméstica atinge significativamente mais as mulheres negras (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 188). É sempre importante termos em mente que os números apenas nos alertam para uma estrutura assustadora de violência, mas a violência ela não se limita a esses casos, os números nos servem para que possamos a partir deles passar a pensar práticas que se deem caso a caso. Nas palavras de Verónica Gago (2020), nos permite “produzir uma linguagem que vai além de catalogar as mulheres como vítimas” (p. 74).

Embora o Estado Brasileiro seja hoje o maior responsável por proteger as mulheres de seus agressores, ele falha constantemente, justamente porque é também o Estado um dos perpetradores da cultura patriarcal. E ainda, encontra na preservação do íntimo enquanto privado uma das maiores dificuldades no enfrentamento a violência sexual e de gênero. Seja ele em um reforço social de que “briga de marido e mulher não se mete a colher”, ou ainda, na falta de interesse dos policiais, médicos e até mesmo assistentes sociais, que atendem as vítimas.

Para Biroli:

O entendimento do que se passa na esfera pública é deficiente, nesse caso, porque ficam suspensas e mal compreendidas as conexões entre as posições e as relações de poder na vida doméstica, no mundo do trabalho e na esfera dos debates e da produção das decisões políticas (2014, p. 23).

Nesse sentido, poderíamos afirmar que tratar público e privado como dimensões distintas não passa de uma ficção de muito mau gosto, ocultando a complexidade na qual as subjetividades se expressam na sociedade. E por consequência, produzindo expectativas sociais diferentes para homens e mulheres. Enquanto os homens ficam em

posições mais valorizadas, as mulheres são sistematicamente desvalorizadas, como é o caso do trabalho de cuidado, o que acarreta uma má distribuição de recursos sociais.

Desta forma, de acordo com Biroli:

de modo correspondente, o mundo do trabalho se estruturou com o pressuposto de que “os trabalhadores” têm esposas em casa. No casamento convencional, o controle dos recursos materiais permanece nas mãos dos homens, mesmo que a dedicação e a rotina de que são fruto dependa do trabalho não remunerado das mulheres (2014, p. 25).

Em um sistema que explora e se apropria de tudo aquilo que lhe é permitido, e também o que não é, o corpo das mulheres se torna objeto de posse, na medida em que seu trabalho é entendido como serviço pessoal e recurso. Assim, além de terem suas experiências relegadas ao âmbito privado, mulheres também são vistas como um bem a ser privatizado.

A singularidade das experiências possíveis em um mundo tão vasto e diverso exige uma superação da forma de vida moderna/patriarcal fundamentada na dualidade público/privado, para que possamos então reconstruir formas de vida nas quais o acesso às posições sociais não seja hierarquizado segundo o gênero, sexo ou raça.

A presença de práticas baseadas na exaltação do poder dos homens em relação às mulheres é bastante normalizada no sistema institucional brasileiro. De acordo com a pesquisa do jornal independente The Intercept Brasil de 2019:

diferentes denúncias, detalhes sórdidos variam de norte a sul: três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins; um aluno abusou de uma estudante durante aula no Centro Universitário São Lucas de Rondônia, em Porto Velho; um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão; um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador; um técnico agarrou a força 10 alunas no laboratório de fotografia da Universidade Federal de Brasília;

um aluno estuprou outra estudante durante a festa de calouros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; um professor de história foi acusado de assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina (Lima, Modesto, Barroso, Sousa, 2024, p. 3. Apud. The Intercept Brasil, 2019).

Os relatos são muitos e distintos, lembro-me de no início do mestrado estar muito empolgada pois íamos receber em um dos maiores eventos do departamento um Filósofo, com f maiúsculo mesmo, porque Filósofo tinha que ser internacional e muito conhecido para ser considerado filósofo pela academia de vanguarda, nesse caso acabou sendo mais conhecido, ao menos na universidade que me refiro, por ter relações íntimas forçadas com suas orientandas.

Em meio a palestra do senhor, de mais de 80 anos, houveram algumas mobilizações de alunas feministas, devidamente autorizadas pela organização do evento, desde que não atrapalhasse a palestra, já que havia muito dinheiro público envolvido. Virou e mexeu, e muito pouco se usou daquele espaço para se pensar no que de fato havia acontecido e a palestra foi consensualmente bem ruim. Por acaso, esse senhor era John R. Searle.

Nesse mesmo departamento, poucos anos depois ouvi do coordenador que não precisávamos nos preocupar com assédio, não acontecia lá, quando a Rede Brasileira de Mulheres Filósofas¹⁰ enviou ao departamento uma cartilha de orientações a serem seguidas em casos de assédio. Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya em seu texto que relataram os casos de assédio de Boaventura contam que muitas vezes colegas perguntaram o porquê de elas não terem se levantado e falado publicamente. De acordo com as autoras, o que as desmotivou a falar é o mesmo que desmotiva muitas pessoas todos os dias, as instituições têm dinâmicas internas que constrangem quem está no lado mais fraco das relações de poder, e ainda, quando falam não podem falar tão alto a ponto de atrapalhar a palestra.

¹⁰ Disponível em: <https://www.filosofas.org> Acesso em: 23 nov. 2023.

As autoras alertam que as estruturas de poder dentro de uma universidade são bastante visíveis¹¹. No geral, há pouco financiamento, poucas bolsas para doutoramento e pós-doutoramento, enquanto os empregos efetivos são ainda mais escassos. Acrescenta-se ainda, as relações pessoais que moldam as dinâmicas institucionais a partir de uma pressuposição de “lealdade” com aqueles que estão imbricados nessas dinâmicas.

É a partir do que as autoras chamam de *incesto acadêmico* que as práticas de Boaventura se solidificavam, enquanto permaneciam falsamente ocultas, ou eficazmente silenciadas. O incesto acadêmico ocorre quando: “alguém é contratado por participar em dinâmicas de clientelismo na universidade, envolvendo relações de poder assimétricas” (Viaene, Laranjeiro, Nadya, 2023, p. 212. Apud. Basak, 2013). E é a partir do *incesto acadêmico* que o *professor-estrela*¹² pode, não apenas se utilizar do trabalho de assistentes de pesquisas mal pagos e sem direitos trabalhistas, como também, não dar o reconhecimento do trabalho intelectual de tais assistentes.

De acordo com as autoras:

Nenhum desses jovens acadêmicos se atreve a denunciar publicamente esta má conduta e abuso de poder por duas razões principais. A primeira é o fato de serem desacreditados pelos seus pares, ficando isolados, e consequentemente, numa situação difícil para reiniciar as suas carreiras. A segunda é o fato de considerarem que as suas posições são prestigiantes e prometem trazer vantagens na sua carreira no futuro, por muito penoso que seja o presente (Viaene, Laranjeiro, Nadya, 2023, p. 213).

Como uma espécie de compensação, jantares e festas faziam parte da cultura institucional. Quase que como uma regra implícita, os pesquisadores eram incentivados a participar desses rituais, que eram conhecidos por serem espaços de aliciamento sexual. E ainda, quando ou se algum aluno alegasse ter sofrido algum tipo de

¹¹ Uma pesquisa realizada na Grande Florianópolis “foi possível constatar, a partir da amostra pesquisada (n=72), que 83,33% das estudantes mulheres vivenciaram, presenciaram ou tiveram conhecimento de situações de assédio sexual no contexto universitário” (Martins, 2021, p. 12).

¹² Codinome utilizado pelas autoras para se referir a Boaventura de Sousa Santos.

abordagem sexual não consensual ou que fosse intimidatória, ouviam: “Você foi [à casa dele] porque você queria!” (Viaene, Laranjeiro, Nadya, 2023, p. 214).

As autoras ainda chamam atenção para as dificuldades de analisar esses comportamentos dado os limites entre coerção e consentimento. Mas o que me parece não fazer sentido nesses casos é alegar que a “desinformação”, ou ainda, uma “injustiça hermenêutica” são fatores cruciais para a dificuldade em denunciar. Boaventura de Sousa Santos é reconhecido internacionalmente por fundar uma escola de pensamento progressista, anti-patriarcal e descolonial. Sendo assim, considero o autor, e seus cúmplices, suficientemente informados ou capazes de obter informações sobre assédio sexual. Bem como as pessoas que foram sistematicamente prejudicadas por Boaventura também tinham acesso ou capacidade para buscar informações, defendo que em casos de assédio é uma *agência maliciosa* somada a uma *ignorância deliberada* que conservam o prejuízo sistemático das mulheres.

“Todas sabemos”: sobre desinformação

“Complacência é uma atitude muito mais perigosa que despeito”

Naomi Littlebear

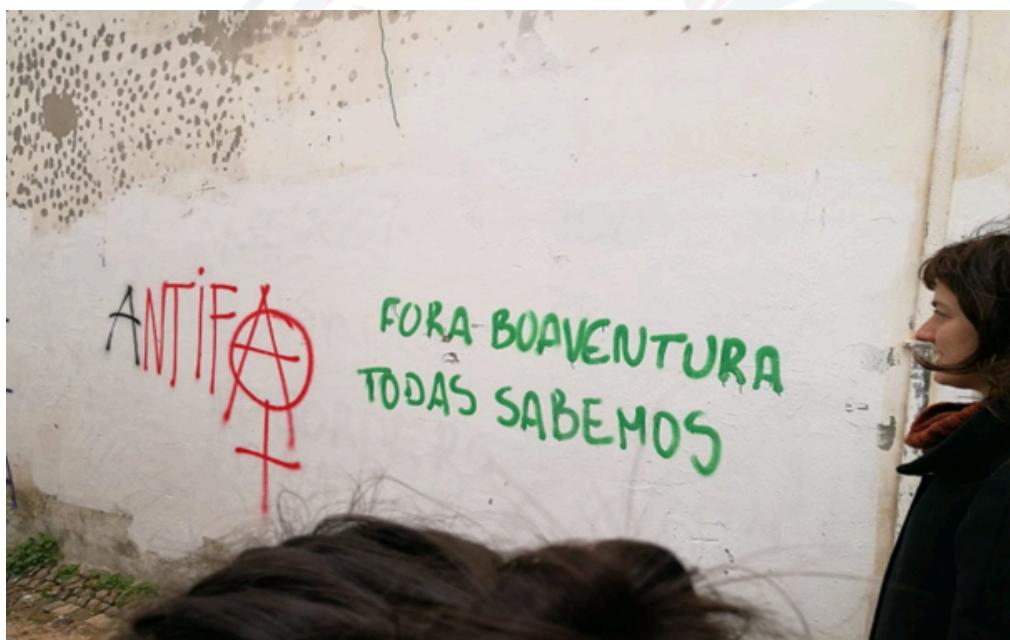
Foi em meio ao movimento internacional #MeToo que uma das autoras avistou um pixo escrito “Todas Sabemos” e decidiu contar o caso de assédio que havia sofrido para uma colega de doutoramento. A autora, que realizava sua pesquisa com verbas de fomento, compartilhou a sensação de que após negar as investidas de um dos pesquisadores associados a Boaventura de Sousa Santos sua pesquisa sofreu uma série de boicotes por parte do Centro de Estudos Sociais (CES) do qual Boaventura era coordenador em exercício.

O pixo era novo, mas não era o primeiro, sempre tornava a aparecer. A autora procurou então outra pesquisadora que se sabia ser também atormentada por esse

mesmo pesquisador associado a Boaventura, Bruno Sena Martins, chamado por elas de *Aprendiz*. Foi a partir de então que começou a se formar uma *rede de sussurros*. Os pixos foram apagados, mas em seguida outros apareceram nas paredes do CES da Universidade de Coimbra.



Figura 2: Limpem a casa por dentro. Fonte: Universa Uol



As trocas entre as pesquisadoras passaram a acontecer com mais frequência até que uma delas decidiu fazer uma denúncia formal, mas logo foi incentivada a recuar, pois as retaliações da cúpula de Boaventura as levaram a acreditar que a instituição não as protegeria. Mas o pixo, por sua vez, não tinha nome, nem rosto e não podia sofrer retaliações.

Foi a partir da rede de sussurros que as pesquisadoras puderam partilhar suas experiências com outras mulheres. E, de algum modo, quebrar com o isolamento mental e emocional sustentado pela instituição. As dinâmicas institucionais não costumam operar em favor das mulheres. De acordo com as autoras: “a má conduta sexual pode ser uma única agressão. Nesse caso, o assédio institucional é o terreno fértil que legitima essa má conduta sexual, a faz crescer e a possibilita” (Viaene, Laranjeiro, Nadya, 2023, p. 216).

A dificuldade de estabelecer uma verdade única e exclusiva nos casos de assédio são constantemente usadas para defender que são, por consequência, inverdades. Ou ainda, formas de não se responsabilizar com o acontecido. Muitas docentes participam dessas *redes de sussurros*, mas no intuito de manter sua posição institucional, e conscientes de que podem vir a sofrer com a hostilidade de seus colegas, operam como, o que as autoras chamam de *pontes levadiças*, elas ouvem e apoiam as vítimas, mas se abstêm de atuar contra a instituição.

Os casos de favoritismo com aqueles que se rendiam às investidas sexuais de Boaventura eram amplamente conhecidos e tolerados, quase que como uma consequência do prestígio do *professor-estrela*. Mesmo que houvesse instruções de como denunciar, os responsáveis pela comissão de ética eram amigos de longa data do *aprendiz* fazendo com que denunciar não fosse uma opção.

E com isso, logo a *rede de sussurros* passou a ser silenciada novamente. Embora os casos trazidos pelas autoras sejam únicos, e todos são, eles demonstram uma maquinaria que sistematicamente prejudica o lado mais fraco das relações de poder. Para as autoras os pixos não provocaram o efeito esperado, mas sem eles muitas das

vítimas não teriam ligado os pontos, e nem eu estaria agora escrevendo sobre eles. O saldo não é positivo, mas a mensagem de que não estamos sozinhas está sendo passada. Essas desigualdades nas relações de poder que beneficiam *professores-estrelas*, serão lidas aqui como uma espécie de *agência maliciosa* que é alimentada pela assimetria na criação das ferramentas epistêmicas (Cirne, 2012).

O caso de Boaventura de Sousa Santos é um caso claro de *injustiça hermenêutica* aos moldes de Fricker. A instituição na qual as pesquisadoras estavam inseridas não deu devida credibilidade aos seus testemunhos, e ainda, o isolamento mental e emocional criou um ambiente no qual as pesquisadoras chegaram a duvidar das agressões que haviam sofrido, questionando suas próprias capacidades intelectuais. O que esse caso demonstra é que não faria sentido esperar uma correção virtuosa da lacuna hermenêutica imposta às pesquisadoras, visto que, o que opera como pano de fundo é um encobrimento da *agência maliciosa* de determinados agentes do conhecimento que manipulam ferramentas hermenêuticas, como a linguagem, alimentando a assimetria na criação de conceitos e transmissão de informações.

Se as pesquisadoras sofrem com a falta de recursos hermenêuticos, Boaventura poderia argumentar que também lhe faltaram esses mesmos recursos. E ele o fez, em uma carta posterior Boaventura alegou: “sou de uma geração em que comportamentos inapropriados, se não mesmo machistas, quer se trate da convivência ou da linguagem, eram aceitos pela sociedade”¹³. Para Fricker a diferença entre ambos é que as pesquisadoras estavam sendo prejudicadas pela falta de recursos hermenêuticos enquanto Boaventura estava sendo beneficiado. Assim, um agressor que sofre com a falta de um recurso hermenêutico possui para Fricker apenas uma *má sorte circunstancial*, visto que, não está sendo prejudicado pela ausência dos recursos hermenêuticos necessários para dar sentido ao acontecido (Fricker, 2023).

¹³ Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/assedio-sexual-no-ces-dez-mulheres-apresentaram-queixa/87901> Acesso em: 20 nov. 2023.

Na teoria de Fricker a injustiça hermenêutica é puramente estrutural, nesse sentido, nenhum agente epistêmico é responsabilizado. Por consequência, a injustiça está baseada na desigualdade situada naquele que sofre a marginalização. E é aqui que soltaremos a mão da autora para tentar uma abordagem diferente das *injustiças epistêmicas*, e pensar como que a má intenção de alguns agentes epistêmicos opera na conservação do silenciamento dos grupos subalternizados. E ainda, como que a falta de entendimento, ou desinformação, pode ser utilizada como um instrumento ativo de manutenção do poder patriarcal. Como resposta à teoria de Fricker, Cirne propõe a noção de *agência maliciosa*, que designa uma: “desigualdade hermenêutica intencional, uma desigualdade específica criada quando um agente retém ou manipula ferramentas hermenêuticas e epistêmicas” (Cirne, 2012, p 52).

A abordagem teórica adotada por Fricker procura adaptar uma perspectiva metodológica que não tem nas bases de suas preocupações experiências características das vivências de mulheres, a saber, a *teoria das virtudes*. De acordo com Sandra Harding, a tentativa de adaptar teorias tradicionais filosóficas, ou pegar emprestado seus conceitos, para interpretar as experiências de mulheres pode afastar tais teorias ou conceitos de suas intenções originais, ou ainda, deturpar as experiências que nos propomos a analisar (1993).

Nesse sentido, poderíamos afirmar que as pesquisadoras tiveram sua capacidade de denúncia limitada, mas não que Boaventura estava em uma posição neutra de má sorte circunstancial. Embora as instituições sustentem práticas estruturais que criam desvantagem para mulheres, Boaventura possuía as informações necessárias para deliberar sobre seus privilégios nas hierarquias institucionais, bem como, o impacto do assédio sexual na carreira de acadêmicas. Boaventura é descrito em seu próprio site por ter: “escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia e estudos pós-coloniais, sobre movimentos sociais, globalização,

democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos”¹⁴. Dado seu currículo, não me parece intelectualmente honesto afirmar que Boaventura sofreu de uma *má sorte epistêmica circunstancial*.

Considero também, ser impreciso afirmar que a falta dos recursos hermenêuticos impediua a compreensão das pesquisadoras. Entendo que, nesses casos de violência institucionalizados, a falta de recurso se expressa na forma de silenciamento das abusadas, de tal modo que, mesmo cientes de que foram assediadas, foram impedidas de fazer algo contra os avanços de Boaventura de Sousa Santos e de Bruno Sena Martins.

Todo ato de falar pressupõe uma negociação entre aquele que fala e aquele que escuta. “Ouvir, é nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida” (Kilomba, 2019, p.42). A rejeição de denúncias emerge de um projeto de silenciamento alicerçado na alegação de uma ignorância deliberada que cerca os casos de assédio sexual e de gênero.

Assim, a desinformação alegada por Boaventura, deixa de ser passiva e passa a operar na manutenção dos recursos sociais patriarcais. Nesse sentido, parece que figuras como o *professor-estrela* encontram nas instituições um terreno fértil para se proliferar. De acordo com as autoras, “num ambiente de trabalho competitivo e precário, o assédio moral torna-se um instrumento de carreira para professores-estrela. E essa competição e precariedade transformam os pares em facilitadores” (Viaene, Laranjeiro, Nadya, 2023, p. 222, Tradução minha).

É difícil afirmar que o conhecimento ideal exista fora da cabeça dos filósofos, no entanto o seu anverso, a ignorância ideal, se expressa todos os dias na forma de exclusões e preconceitos, e é endossada pelo ideal de sociedade pensada por condescendentes cartesianos solitários, de onde se originam noções como as da dualidade público/privado. Nesse sentido, os desconhecimentos operam como uma espécie de

¹⁴ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/exclusivo-a-autocritica-de-boaventura-de-sousa-santos/> Acesso em: 20 nov. 2023.

surdez seletiva, que ignora aquelas formas de vida que vão contra o sistema patriarcal e alega desconhecimento das opressões que as aflige.

Quando consideramos o aumento significativo na violência sexual e de gênero somado ao fato de que crianças e adolescentes são as mais afetadas, parece ainda mais difícil defender que a ignorância passiva, enquanto ausência de conhecimento é o “x” da questão em casos de assédio.

Compreender o crescimento da violência sexual e de gênero não é uma tarefa fácil, mas me arriscaria supor que com o aumento das manifestações e denúncias, a guerra contra os corpos feminilizados se acirrou. Ainda, é difícil determinar se o que aumentou foram as denúncias ou os casos, visto o crescente de campanhas de conscientização. No entanto:

No Brasil, 6 em cada 10 vítimas são vulneráveis com idades entre 0 e 13 anos, que são vítimas de familiares e outros conhecidos. Ou seja, ainda que estas crianças e adolescentes estejam mais informadas sobre o que é o abuso, é difícil crer na hipótese do empoderamento como única explicação para o fenômeno (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 155).

Pensar a informação como solução única da violência sexual e de gênero demonstra uma ingenuidade com relação as estruturas que a sustentam, seja no que tange a violência institucional, seja no que diz respeito à violência domiciliar, ou ainda, na pluralidade de modos com que uma forma de vida patriarcal mantém o seu poder através de agências maliciosas.

Para concluir: com um silêncio ensurdecedor

“Se falo é porque sou testemunha dos efeitos do patriarcado em nós.”

Débora Diniz

No ano de 2024, Boaventura de Sousa Santos já soma dez denúncias de assédio¹⁵, ele e Bruno Sena Martins foram suspensos de seus cargos. Boaventura ainda escreveu um artigo de opinião onde alega que: “Não é sempre fácil perceber conscientemente que se está a ter comportamentos que antigamente não eram vistos como inapropriados”¹⁶, mas parece, ao mesmo tempo, muito fácil se beneficiar da fama e status que recebeu ao longo dos anos.

O capítulo “As paredes falaram quando ninguém mais poderia falar: notas autoetnográficas sobre o controle do poder sexual na academia de vanguarda”, que trabalho neste artigo foi removido do livro original, tendo o livro também sido retirado de circulação¹⁷ e os direitos autorais devolvidos às autoras, o que demonstra mais uma vez a forma violenta com a qual as instituições vêm silenciando as vítimas e protegendo seus professores-estrela.

Pensar sujeitos do conhecimento que habitam o espaço/tempo é sempre pensar em sujeitos políticos. Denunciar ou omitir um fato gera custos ou benefícios, nenhum conhecimento é imparcial, nesse sentido, todo conhecimento é necessariamente político, e a falta dele também. Como destaca Débora Diniz:

O ato do testemunho é um gesto político em que o corpo que fala se arrisca: ao testemunhar, disputamos espaços de aparição, e os poderes opressores resistem em alterar o privilégio de reconhecimento e circulação da palavra. O testemunho é uma pronúncia contra o silêncio, e por isso mesmo, uma fala de valentia (Diniz, 2022, p. 245).

Eles insistem em defender que há perguntas que não devem ser feitas, não são filosóficas, não são acadêmicas. Que a subjetividade não pode ser conhecimento, ela não é universal. O que não nos contam é que o que nos assombra em buscar responder

¹⁵ Disponível em: <https://www.cm-tv.pt/actualidade/detalhe/20230924-1254-mais-de-100-academicos-exigem-que-editora-reponha-capitulo-de-livro-que-deu-origem-ao-caso-boaventura-de-sousa-santos> Acesso em: 20 nov. 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/politica/exclusivo-a-autocritica-de-boaventura-de-sousa-santos/> Acesso em: 23 nov. 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php> Acesso em: 23 nov. 2023.

perguntas insuportáveis ao poder hegemônico, não são as respostas, mas sim as armadilhas que sustentam o poder hegemônico.

Peço licença a Sofia Favero, para empregar suas palavras em outro contexto. Embora o sistema patriarcal desafie constantemente a possibilidade de denúncia, “[...] sabemos até onde isso nos trouxe: a crença de que, se não tocamos em um assunto ele simplesmente deixa de existir. Mas a violência não acaba quando paro de me posicionar. A palavra é vida” (2023, p 40).

Todas sabemos que o assédio está imbricado nas práticas institucionais e que a violência sexual e de gênero está imbricada nas nossas formas de vida. A fala é, nesse sentido, um espaço de resistência e de criação de novas formas de vida nas quais as mulheres são parte da criação de uma linguagem plural e não apenas objetos do conhecimento. Para Diniz: “o falar não se restringe ou ato de emitir palavras, mas de poder existir” (2020, p. 247, Apud. Ribeiro, 2017).

Referências

- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BURIGO, Joanna. **Patriarcado, gênero e feminismo**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022. p. 31-43.
- CIRNE, Alyssa. Willful Hermeneutical Marginalization: An Account of Malicious Agency in Hermeneutical Injustice. **Aporia**, Santiago de Chile, v. 22, n. 1, p. 45-58, 2012.
- COELHO, Naiara; VOLOTÃO, Amanda. Não serei interrompida: o processo de silenciamento feminino no espaço político brasileiro. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 151-170, 2020.
- DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- FAVERO, Sofia. **Psicologia Suja**. Salvador: Devires, 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. Tradução: Breno R. G. Santos. São Paulo: Edusp, 2023.
- GAGO, Verônica. **A potência feminista**: ou o desejo de transformar tudo. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n. 3, p. 7-31, 1993.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução: Cádia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- LIMA, Raissa; MODESTO, Natália; BARROSO, Milena; SOUSA, Valmiene. Uma discussão silenciada: violência contra as mulheres na universidade. **Revista Contribuciones a las ciencias sociales**. Málaga, v. 17, n. 8, p. 1- 16, 2024.
- MARTINS, Arielly. **Assédio sexual em contextos universitários: um levantamento sobre assédios sexuais e suas decorrências em uma universidade da grande Florianópolis.** Monografia (Bacharelado em Psicologia) UNISUL, 2021.
- MILLS, Charles W. Ignorância branca. Tradução: Breno R. G. Santos. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v.17, n.1, p. 413 - 438, 2018.
- ROSSIGNOLLI, Bruna Maria. Práticas de assédio no ambiente universitário: reflexões em estudo. **ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH**, Maringá, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611973828_ARQUIVO_11678bbabfe971cb781646c19e2ca83b.pdf. Acesso em: 11 dez. 2023.
- VIAENE, Lieselotte; LARANJEIRO, Catarina; NADYA, Miye. The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia. In. PRICHARD, Erin; EDWARDS, Delyth (org.). **Sexual Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University**. Londres e Nova York: Routledge, 2023, p. 208-225.
- WEEDON, Chris. **Feminist Practice and Poststructuralism Theory**. Oxford: Blackwell Publishers, 1987.
- WENAR, Leif. John Rawls. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em:<https://plato.stanford.edu/Archives/Win2012/entries/rawls/#:~:text=The%20veil%20of%20ignorance%20is,of%20the%20citizen%20they%20represent>. Acesso em: 11 dez. 2023.

“We all know”: reflections on silencing in sexual harassment practices

Abstract: At the height of the #MeToo movement, a series of graffiti on the walls of the University of Coimbra drew attention to the cases of harassment committed by Boaventura de Sousa Santos, resulting in the publication of “The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia” (2023). This text denounced and continues to raise questions about the power structures within universities. My aim here was to analyze the

machinery that sustains the silencing of women victims of sexual and gender-based violence in the educational environment. To do this, I present a literature review of the cases denounced by the authors, using the concept of hermeneutic injustice to think about the role of malicious agents of knowledge in maintaining the subordination of women. In this way, I conclude that institutional cover-ups of cases involving star professors are based on claims of misinformation or ignorance on the part of those who are recognized as academic authorities. Furthermore, I argue that the malicious agency of star professors, combined with willful ignorance, causes systematic harm to people in vulnerable situations.

Keywords: harassment; silencing; feminist epistemologies.

Recebido: 21/05/2024

Aceito: 25/10/2024